

**Fazer e pensar design em um mundo em transição: Decolonialidade e design como articulação simbólica***Do and think Design in a world in transition: Decoloniality and design as symbolic articulation*

Manuela Andrade Abdala &amp; Nayara Moreno de Siqueira

Design, design ontológico, articulação simbólica, decolonialidade, contemporaneidade

Este trabalho é um ensaio teórico que busca relacionar a perspectiva de design como articulação simbólica através da ótica de preceitos decoloniais para propor uma reflexão sobre o fazer e do pensar design na atualidade. Com isto, busca-se pensar design como campo frutífero para elaboração de exercícios, processos e abordagens para imaginar caminhos em direção a transições e novos mundos.

*Design, ontological design, symbolic articulation, decoloniality, contemporaneity*

*This work is a theoretical essay that seeks to relate the perspective of design as a symbolic articulation through the optics of decolonial precepts to propose a reflection on the making and thinking of design in the present time. With this, we seek to think of design as a fruitful field for the elaboration of exercises, processes and approaches to imagine paths towards transitions and new worlds.*

**1 Introdução**

Os países da América Latina sofreram invasão e colonização de seu território e formas de vida e, apesar de seus processos de independência formal e política, o pensamento e o imaginário da colonização perpetuou-se ao longo dos anos através das estruturas sociais, simbólicas, culturais e econômicas. A ideologia que fundamentou e justificou a colonização remonta às origens do capitalismo e do pensamento moderno de mundo em que a ocidentalidade globalizada está imersa hoje (Dussel, 1992).

No desenvolvimento da cultura ocidental e da globalização cunhou-se um imaginário de que essa visão de mundo – capitalista, colonizadora, moderna, androcêntrica - é a única visão correta e coerente de mundo (Acosta, 2016). No entanto, neste Mundo-Uno caracterizado pelo individualismo, pelo consumo e pela insustentabilidade se acirram as crises oriundas de nosso modelo civilizatório, seus adoecimentos e desequilíbrios (Santos, 2001).

Os estudos decoloniais emergem em respostas às sistemáticas opressões do discurso do Mundo-Uno. Estes estudos se orientam, por um lado, para apresentar alternativas viáveis para o discurso e práticas deste mundo e, por outro lado, para trazer à tona múltiplos projetos e vozes de cosmovisões oprimidas e encobertas.

Quando nos localizamos como cidadãos da América Latina nos posicionamos como moradores de um país tido como subdesenvolvido além colonizado; quando nos recortamos como designers, estudantes acadêmicos, muitas vezes brancos e de classe média, nos localizamos como pessoas com mobilidade social e contextual dentro de uma realidade hierarquicamente verticalizada e excludente. Nosso posicionamento social e cultural reflete a colonialidade ontológica do poder e do conhecimento. Por isso, vê-se a necessidade do direcionamento de um olhar crítico para a área do design, para seus modos e processos, como também para os estudantes e pesquisadores como projetistas, acadêmicos e produtores de conhecimento.

O objetivo deste artigo está em evidenciar a perspectiva do design como articulador simbólico evdo design ontológico para ampliar reflexões sobre pensar e fazer design da perspectiva social latino-americana em correspondência com preceitos do pensamento decolonial.

## 2 Cosmovisão ocidental moderna

Segundo Milton Santos (2001) ainda que avançados tecnologicamente a degradação natural e a desigualdade social se tornam cada vez mais contrastantes e presentes. A globalização expande as crises de nosso paradigma tanto ampla quanto substancialmente. Esta crise reverbera uma construção histórica e é importante entender a sua origem.

A cosmovisão ocidental moderna tem, em sua base mitológica, uma ruptura com o mundo natural e a noção de interconexão sistêmica entre as coisas (Turner, 1988; Capra, 1982). Quebra-se o reconhecimento da natureza como parte de nós e de nós como parte dela. Ocorre um processo de objetificação e domesticação dessa externalidade, separando o corpo-indivíduo do corpo-terra, elegendo o humano ao status de detentor de uma racionalidade superior ao caos do mundo natural e selvagem (Estés, 2012; Turner, 1988). Isto culmina em uma estruturação de relações de *poder sobre* que reflete na relação humano-humano.

Enrique Dussel (1992) fala que o mito da modernidade se consolida com e chegada dos europeus à América. Essa origem se dá no atravessamento de poder do ego europeu acima das humanidades “primitivas” aqui existentes. Este encobrimento de um sobre o outro cria uma hierarquia epistêmica e ontológica. O paradigma da cosmovisão ocidental captura, portanto, outras cosmovisões, povos, corpos, territórios, linguagens, modos de viver e de pensar. Este encontro fortalece a origem de uma crença que mais tarde é endossado pelos movimentos do iluminismo e da revolução industrial, onde ciência e razão se tornam pilares fundamentais dos valores ocidentais. A visão de mundo moderna se ampliou globalmente desde a colonização das Américas às custas de outros mundos construindo uma realidade homogeneizadora, imbricada de relações de poder e opressão consolidando o continente americano (latino-americano) como um território passível de ser explorado como fonte de riquezas naturais e humanas à serviço das desenvolvidas “metrópoles”.

## 3 Design, tradição e profissão

Ainda que o ato de fazer design seja um aspecto tão antigo quanto a história da humanidade (Papanek, 1972), a profissão que nomeia pessoas designers é mais jovem do que isso. Com o desenvolvimento das cidades e das máquinas, em algum momento, o meio ambiente do homem “civilizado” mudou. Materiais, artifícios e ferramentas se desenvolveram para um patamar que abriu diferentes e novas possibilidades para humanos fabricarem e desenvolverem artefatos e processos. O crescimento do design como profissão se deu nesse momento, juntamente a um contexto de crescimento industrial e econômico e de mudanças sociais que ocorreram entre os séculos XVIII a XIX (Cardoso, 2012).

O design como profissão nasce no afã de um desenvolvimento industrial e do nascimento do mercado internacional (Pacey, 2012; Schneider, 2010). A assemblagem entre desenvolvimento tecnológico, capacidade maquinária e cotidiano de pessoas gerou impulsos para o surgimento do design como profissão, nascendo da necessidade de mediação entre concepção de artefatos e a produção maquinal (Cardoso, 2011; Schneider, 2010).

Como vimos, o design e a profissão do design nascem em um contexto industrial e europeu, se consolidando no auge do modernismo e influenciando toda a cadeia de institucionalização da área como profissão. Neste início imperavam os vieses da racionalidade, onde as preocupações pilares eram a qualidade funcional e a estético-formal dos objetos e artefatos. Ainda hoje, prevalecem em instituições de ensino e no senso comum sobre design uma ideia similar às condições de seu nascimento. Quando o design vem para o Brasil enfrenta-se uma dificuldade de como sua concepção eurocêntrica se adapta à realidade do subdesenvolvimento insustentável latino-americano.

#### 4 (Cosmo)visões decoloniais

Os estudos decoloniais, de dentro da academia, propõem uma mudança substancial para as bases epistêmicas tradicionais e hegemônicas que sustentam a produção de conhecimento, tomando a produção de conhecimento como um pilar essencial de instauração e perpetuação de uma visão de mundo. Através da busca por referências plurais que foram encobertas e silenciadas, valoriza-se vozes indígenas e quilombolas como fontes representativas de sábias e importantes epistemologias e ontologias para a realidade latino-americana (Escobar, 2014). Nossa necessidade de aprendizado, como cidadãos globais – brancos - e ocidentais se intensifica mediante a crise de insustentabilidade do modelo civilizatório. O intuito é exercitar novas configurações de olhar, ler e fazer nesse mundo para propor transições para outros modelos “sócios-naturais”.

As práticas e saberes decoloniais são diversos e originam de lugares, línguas, lutas e territórios também diversos. O conceito “decolonialidade” não poderia, portanto, ser expresso ou definido de uma forma única neste artigo, no entanto, suas manifestações abrangem características em comum. Miriam Lang (2016), na introdução do livro *Descolonizar o Imaginário*, define algumas delas: colaboração (versus concorrência); valor da convivencialidade (em contraposição ao individualismo extremo); autonomia e autogestão; valorização da localidade do território; valorização da diversidade; democratização da economia e da tecnologia; soberania e autonomia alimentar (autonomia de subsistência); reciprocidade e comunalidade (mentalidades que sustentam a vida e o fazer em comunidade). Estes preceitos envolvem perspectivas ontológicas que perpassam formas de ver e fazer a vida no território e em coletivo.

Um importante conceito é a concepção de Pluriverso dentro da perspectiva da Ontologia Política. A ontologia política parte do pressuposto que há tanto uma dimensão política na ontologia como uma dimensão ontológica na política: toda ontologia ou visão de mundo cria uma forma de ver e fazer política; e as estruturas, instituições, conflitos e aspectos políticos são sustentados por visões de mundo, sobre o real e a vida, ou seja, por ontologias.

A ontologia política busca entender o fato de que todo conjunto de práticas cria um mundo, ainda nos campos da ciência e da tecnologia que se pressupõem neutros e livres de valores, além de universais. Uma pergunta fundamental para a ontologia política é, portanto: que tipo de mundo se criam através de que conjunto de práticas, e com que consequências para quais grupos particulares de humanos e não-humanos? (Escobar, 2014).

Assim, a ideia de Pluriverso busca assumir o fato da existência de muitos territórios, localidades e práticas como diversidade ontológica configura a existência de um mundo habitado por muitos mundos. Na realidade isto se baseia e se sustenta pela existência de múltiplas práticas territoriais, sociais e políticas mantidas por muitas comunidades em muitas partes do mundo (Escobar, 2014). Ou seja, nos assumir como projetistas desse mundo pressupõem assumir que estamos construindo dentro de preceitos ontológicos de uma visão de mundo e não do mundo propriamente dito. Os estudos em direção ao Pluriverso (Escobar, 2014) envolvem abordagens interdisciplinares e inter-epistêmicas; tem como premissa a diversidade de configurações do conhecimento e do saber; problematizam ontologias dualistas modernas e se abrem às ontologias relacionais. Outra premissa importante é que “não são aplicáveis somente a grupos étnicos ou a contextos rurais. Na medida que todas e todos habitamos o pluriverso, a todos competem, especialmente a nós que vivemos nos mundos urbanos mais densamente individualizados, tais como as classes médias” (Escobar, 2014).

Outra concepção notável é a do Bem Viver. Pressuposto ancestral Kíchwa, enaltece o equilíbrio e a sustentabilidade da vida entre os seres e a natureza, o indivíduo consigo mesmo e o indivíduo com a sociedade. Isto trás preceitos sobre relações comunitárias, decisões coletivas e cooperativas, políticas que dizem respeito a vivências coletivas compartilhadas sob um mesmo chão. Esse pressuposto considera a pluralidade de “cosmovisões” múltiplas habitando de forma sustentável e relacional regiões próximas.

Ou seja, pode-se inferir que práticas e saberes do pensamento decolonial, além dos aspectos supracitados, valorizam a interdisciplinaridade, bem como a inter-epistemologia e a relacionalidade; ou seja, nascem de ontologias comunitárias baseadas nos fazeres coletivos e

reforçam noções de saúde integral tanto do corpo como um espectro amplo quanto das relações individuais e coletivas.

Desta ótica, subverter hegemonias significa farejar soluções, cenários e condições para agir e pensar em direção a mundos mais igualitários, modelos civilizatórios mais sustentáveis, configurações estruturais menos adoecidas e adoecedoras para a saúde da diversidade ecossistêmica essencial para a perpetuação da vida – entre humanos e não humanos; mediante a saúde fisiológica e a saúde mental e emocional (Escobar, 2014; Capra, 1982).

Propor esse ponto de vista a partir do design, portanto, auxilia o direcionamento do olhar para o manejo de projetos mais aderentes e efetivos na realidade brasileira e latino-americana; possibilita um olhar para nós mesmos não somente como designers, mas também como seres viventes em nossas conjunturas, crenças, afetos e percepções engendradas hegemonicamente. Refletir sobre cosmovisões se faz necessário, portanto, para começarmos a palpar novos imaginários sobre como vemos e encaramos a nós mesmos e aos outros, nosso contexto, vida e território, nossas formas de fazer, de projetar e de criar.

## **5 Design como articulação simbólica (e design ontológico) para semear exercícios em direção a novos ou outros mundos**

Cada condição ecossistêmica, territorial, pressupõe demandas e possibilidades específicas, que são acionadas por comunidades humanas no desenvolvimento de artefatos, meios e processos. Como define Víctor Papanek (1971) em seu primeiro capítulo de *Design para o Mundo Real*, “todos os humanos são designers. Tudo o que fazemos, quase todo o tempo, é design, pois o design é base para toda atividade humana”. Para dar cabo à vida diária, portanto, fazemos design o tempo todo. Executamos tarefas, construímos ferramentas, elaboramos soluções, interagimos com o meio e em comunidade. Nessa situação, o design é e está na potência de cada pessoa, na mão e no conhecimento de dialogar com o seu lugar, como também, está nas decisões coletivas e na cultura da vida diária que se transforma em conhecimento a ser passado por gerações. Cada pessoa e comunidade, com seu conhecimento pessoal, sua cultura, seu horizonte e suas necessidades é capaz de projetar um processo que resulta em um diálogo, solução ou artefato (Manzini 2015; Papanek, 1971; Pacey, 2012).

Quando o pensamento colonizador se prolifera, parte de sua força se dá no controle do acesso das pessoas aos meios, à subsistência, à ferramentas e, também, aos processos de decisão coletiva. Se o poder hegemônico impera sobre as transações materiais e simbólicas, sobre o saber e a visão de cosmos, nossa capacidade de percepção e de criar por nós mesmos a partir de referências exógenas a esse sistema, ou que valorizam a subjetividade, são atrofiadas. Pacey (1992) diz que a profissionalização do design e a fundamentação da tradição do design como ocidental e industrial em nosso contexto ajudou a consolidar o distanciamento de ideias como, por exemplo, a da capacidade pessoal, individual e coletiva de sermos projetistas de nosso mundo. A consolidação industrial como lugar hegemônico de produção só foi possível através do desmantelamento de outros modos, tempos, capacidades e sistemas, ou seja, outras ordens de organização do trabalho, da vida e da vida diária (Cardoso, 2000).

Desse ponto de vista, Bonsiepe (1997) fala que o Design se configura como uma ferramenta de articulação e interlocução para a transformação social na contemporaneidade. Tomando inovação social como novos modos de fazer, protagonizados por pessoas em rede, baseados em suas experiências e referências próprias (Manzini, 2008). Resgatar visões plurais baseadas no bem viver ou na relacionalidade, bem como nas noções da interconexão sistêmica, pode servir como balizadores referenciais às práticas do design. Essas propostas compartilham, em essência, de intenções de mobilização da realidade valorizando pessoas e territórios, propondo um modo outro de se relacionar com a vida, com as pessoas e o meio. Essas propostas apresentam sabedorias que instigam novas formas de ver, de se relacionar e de se reconectar com os sentidos de coletividade, de interconexão com os ciclos ao nosso redor e, quem sabe, o senso de responsabilidade mútua.

As visões do Design Ontológico (Willis, 2006) e do design como articulação simbólica (Beccari, 2016) partem do preceito de “ciclo hermenêutico” e da capacidade do design de representar o mundo que o cerca. Este ciclo pressupõem uma relação de que tanto pessoas quanto os artefatos que as pessoas projetam fazem design. Similar à concepção de ontologia política, o que criamos nos cria de volta; e o que criamos reflete o mundo que vivemos e quando inserimos nossa criação na realidade ela reflete e reforça os discursos e preceitos segundo as quais foi criada. Ou seja, se compomos projetos a partir de premissas ontológicas e epistemológicas, esses projetos refletem e reproduzem os discursos que os fizeram nascer. Beccari (2016), a partir da concepção de design como articulação simbólica, o aproxima de outras áreas do conhecimento que operam expressões, mediações e traduções como a Arte, o cinema, a Filosofia, a Literatura. Desse ponto, podemos encarar o design como operante constante de mediação, criação e recriação de significados, narrativas e possíveis realidades.

Para rumar a novos mundos, precisamos transicionar até eles. À medida da criação de novas estratégias baseadas em novos princípios e processos, iremos munificando o mundo com preceitos, e conseqüentemente, a nós mesmos e vice e versa, e assim por diante. A transição, segundo Arturo Escobar (2014), prima o argumento de que precisamos ir um pouco além dos limites institucionais e epistêmicos existentes se queremos vislumbrar e exercitar práticas que podem dar lugar a transformações tanto significativas quanto aderentes. Propõem-se, portanto, uma direção de intencionalidade: uma gradação no processo de transformação tomando em conta a complexidade e grandeza da estrutura na qual estamos erguidos - e que está erguida dentro de nós.

## 6 Reflexão final

O design, dessas perspectivas, pode ser visto como lugar prolífero para construção de espaços e de exercícios com viés de imaginar, discutir, experimentar transições e outros mundos diante das (atuais e antigas) crises e transformações sociais, ambientais.

Ao longo da pesquisa percebi que os discursos presentes nos livros de Manzini e Bonsiepe, os vislumbres de Inovação Social partem de pressupostos correspondentes aos dos discursos decoloniais. Estes se combinam e usam das teorias de rede e de sistemas, também da perspectiva da ecologia, fontes de conhecimento se integram e se complementam, portanto. Creio que essas correspondências podem servir de perspectivas enriquecedoras para áreas do design que já se direcionam para sustentabilidade e para “inovação” social nutrindo vislumbres para pessoas que fazem e buscam design como profissão e pesquisa.

## Referências

- Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante.
- Beccari, M. (2016). *Articulações Simbólicas: uma nova filosofia do design*. Teresópolis: 2AB.
- Capra, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.
- Dussel, E. (1993). *1492 - O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Escobar, A. (2014). *Sentipensar com la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: UNAULA.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Manzini, E. (2015). *Design When Everybody Designs: an introduction to design for social*

innovation. Massachusetts: MIT.

Pacey, P. (1992). Anyone designing anything? Non-professional designers and the history of Design. *Journal of Design History*. Vol 5, Nº 3, MIT, Reino Unido.

Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Schneider, B. (2010). *Design - Uma Introdução: O Design no Contexto Social, Cultural e Econômico*. São Paulo: Editora Blucher.

Oliveira, A. J.; Franzato, C.; Del Gaudio, C. (orgs) (2017). *Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil*. São Paulo: Edgar Blucher.

Willis, Anne-Marie. *Ontological Designing — laying the ground*.  
[https://www.academia.edu/888457/Ontological\\_designing](https://www.academia.edu/888457/Ontological_designing)

## **Sobre as autoras**

Manuela Abdala, UnB, Brasil <manu.abdala@gmail.com>

Nayara Moreno, PhD, UnB, Brasil <nayara7@gmail.com>